



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 14

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua

Hora: 14,30

PRESENTES (31 Membros):

Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia
Dr. João Carlos Canotilho Lage
Dr.^a. Lúcia Paula da Costa Cabral
Dr.^a Ana Sofia Abreu Rodrigues
Dr.^a. Inês Marques de Sousa Ramos
Rui Brito Pereira
Abílio Rodrigues
Amílcar Castanheira Luís
Fernando Antunes Marques Macedo
Alfredo Francisco Santos Marques
Armando José de Carvalho Afonso
Carlos Alberto Moreira
Amílcar Anjos Martins
Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca
António Santos Pinto
Dra. Cláudia Sofia Pereira Antunes
José Manuel Ferreira Oliveira
Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Fernanda da Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
Manuel Lourenço Dinis Gamboa (Presidente J. F. de Mouronho)
António Alves dos Santos (Presidente da J. de F. de Pinheiro de Côja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)
Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)
António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vítor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (3):

Fernando de Carvalho Andrade

João Luiz Alves Fiuza

Eng.^a Ana Isabel Pinto Alves

Nuno Manuel Pinto Fonseca

José Alberto Pereira (Presidente J. F. Midões)

VEREADORES PRESENTES:

Mário de Almeida Loureiro

Dr.^a Ana Paula dos Santos Faria Neves

Dr. Ricardo Manuel de Oliveira da Silva Cruz

Dr.^a Carla Sofia Silva Martins

VEREADORES AUSENTES:

Serafim Duarte Lopes Martins

Manuel António de Jesus Borges

Presente, também, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Eng.º. Francisco Ivo de Lima Portela.

Após a chamada, e uma vez verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente em Exercício da Assembleia, declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2011 E DA ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011;

No início deste ponto, foi posta à discussão a Acta da Sessão Ordinária, de 28 de Setembro de 2011, sendo pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página três, linha doze (a contar do fim da página), **onde se lê** "(...) Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho,...desejando-lhe os melhores sucessos para a nova fase da sua vida profissional (...)",



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solicitando que, e passa-se a citar: “ O parágrafo em apreço deve ser incluído no Ponto 3 (Intervenção dos Exmos. Membros da Assembleia) e não no ponto 2, pois assim corresponde ao momento exacto da minha intervenção”. Propôs, também, a alteração da página treze, linha nove (a contar do fim da página), **onde se lê** “(...) Dada a palavra ao Sr. Dr. Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, e no uso dela salientou que, do documento Posição Actual do Orçamento da receita do ano de 2011, dado aos valores apresentados, em que o Grau de execução da receita é de 35-354%, frisou que (...)”, **passa a constar**, “(...) Dada a palavra ao Sr. Dr. Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, e no uso dela salientou que, do documento Posição Actual do Orçamento da receita do ano de 2011 (Receita do exercício cobrada: 8.020.981,09€; Receita dotada/Total Geral: 22.544.924,28€), o grau de execução da receita é de 35.354€, frisou que (...)”. A terminar, propôs a inclusão, na página catorze do seguinte, e passa-se a citar: “ Depois do último parágrafo verifico que a minha intervenção foi objecto de omissão e para correcção deve ser incluída na Acta. Assim é: Em Portugal não pode haver Assembleias Municipais convocadas Extraordinariamente para tratar o assunto com um único Ponto – Saneamento Financeiro Municipal (Vidé Assembleia Municipal da Figueira da Foz, Edital nº 1/2011) e outras que o único documento que apresentam é o pedido de autorização para empréstimo financeiro para algo que a Assembleia desconhece oficialmente. Por mais esforço que faça não consigo entender o caminho que estão a percorrer”.

Posta à discussão a Acta da Sessão Extraordinária, de 16 de Dezembro de 2011, foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, propôs a alteração da página três, linha três (a contar do fim da página), **onde se lê** “(...) esclarecendo a sua posição relativamente ao Saneamento Financeiro (...), **passa a constar**, “(...) justificando o voto contra ao Saneamento Financeiro (...)”.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que as Actas devem ser votadas separadamente, uma vez que esteve presente numa Sessão e na outra não.

Dada a palavra ao Sr. Abílio Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, propôs a alteração da página cinco, linha treze (a contar do fim da página), **onde se lê** “(...) se realizou a tradicional romaria à Serra da Moita (...)”, **passa a constar**, “(...) se realizou a tradicional romaria à santa Eufémia da Serra da Moita (...)”.

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Ordinária de 28 de Setembro de 2011 e, da contagem dos votos dos trinta e um membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: TRÊS;

APROVADA POR MAIORIA, a Acta da Sessão Ordinária realizada em 28 de Setembro de 2011.

De seguida, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Extraordinária de 16 de Dezembro de 2011 e, da contagem dos votos dos trinta e um membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: DUAS;

APROVADA POR MAIORIA, a Acta da Sessão Extraordinária realizada em 16 de Dezembro de 2011.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIÇÃO DO EXPEDIENTE

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado aos líderes de bancada, ficando arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta.

Foi apresentada justificação de falta dada à presente Sessão Ordinária pelos Membros Sr. João Luiz Alves Fiúza, Sr. Fernando de Carvalho Andrade e Nuno Manuel Pinto Fonseca, as quais foram consideradas justificadas.

Foi, também, apresentado e lido, pelo Sr. Presidente da Assembleia, um pedido de suspensão de mandato, pelo membro da Assembleia Eng.^a Ana Isabel Pinto Alves, pelo período de dez meses, por motivo de se encontrar ausente do país.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte

3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTÍSSIMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Rui Brito Pereira, membro do Grupo Municipal do PS, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, apresentou uma Moção, documento entregue **por escrito, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente em Exercício da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 1)**, contra a Extinção ou Fusão das Freguesias do Concelho de Tábua.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. Fernando Gameiro, Presidente da Junta de Freguesia de Sinde, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, referiu que é com grande orgulho que vê o movimento diário de transportes pesados de mercadorias, que afluem ao Parque Industrial Sinde/Tábua, pois é fruto de muito trabalho e do progresso que se faz sentir na freguesia. Neste contexto, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que promovesse o arranjo da entrada da freguesia, com a sua cobertura em alcatrão, para que os acessos estejam sempre no seu melhor estado, não só para os sindenses, como para todos os transportes que por ali circulam.

Dada a palavra à Dra. Ana Abreu Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, solicitou esclarecimentos acerca dos arranjos exteriores junto ao Centro Cultural e se os mesmos incluem a reabilitação do Jardim Sarah Beirão e a inclusão da Capela dos Sr. dos Milagres, monumento nacional, na área envolvente. Abordou, também, a questão relativa aos acessos ao Edifício da Câmara Municipal, já que os mesmos não são acessíveis a pessoas com deficiência motora, situação que se arrasta há anos e nunca foi resolvida, salientando que, pelo menos, os serviços mais utilizados pela população, como a tesouraria ou secretaria, deveriam transitar para o rés-do-chão. Terminou solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que fizesse as diligências necessárias para que a travessia da ponte sobre o Mondego, que se encontra em obras, fosse mais segura, uma vez que no período da noite não há qualquer tipo de iluminação junto ao local onde se encontram os semáforos.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, fez um balanço de mais um ano de trabalhos da Assembleia Municipal, realçando o gosto que teve em trabalhar com todos os membros da mesma, salientando que gostaria que se defendesse mais o povo e não tanto os partidos que representam. Congratulou, também, a realização de algumas obras no concelho, nomeadamente na freguesia de Ázere. A terminar, apresentou uma Moção, documento entregue **por escrito, a qual foi presente à Mesa, devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente em Exercício da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 2),** contra a Reforma da Administração Local.

Dada a palavra ao Sr. Abílio Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, lembrou a sua intervenção de há um ano atrás, relativa à cerimónia de inauguração do monumento que a Câmara Municipal mandou edificar, em homenagem aos ex-combatentes do concelho, onde foram distribuídas medalhas aos homenageados, que não chegaram para todos. Na ocasião, e há um ano atrás, o Sr. Presidente comprometeu-se em mandar fazer, e entregar, as medalhas em falta, mas tal ainda não aconteceu. A terminar, salientou que a Associação de Antigos Combatentes do Concelho de Tábua solicitou à Câmara Municipal, através de ofício, a listagem dos tabuenses que faleceram pela pátria, mas que ainda não obtiveram resposta.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, logo após os cumprimentos iniciais, salientou que, no que concerne à intervenção do Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Sinde, salientou que é com grande regozijo que vê aquele movimento de camiões TIRS no Parque Industrial Sinde/Tábua, salientando que, neste momento, o concelho está em 4º lugar no ranking de concelhos mais exportadores do Distrito de Coimbra, superior a Oliveira do Hospital, e mais do dobro em relação a Arganil. Referiu, ainda, que estas exportações não estão ligadas apenas às empresas do Grupo Aquinos, mas também a outras, como a ACORFATO, em Vila Nova de Oliveirinha, que tem aumentado significativamente a sua capacidade de exportação, e a FRIOPASTEL, sediada no Parque Industrial de Tábua. Salientou que o problema dos buracos no pavimento da entrada da freguesia de Sinde está a ser analisado com as Estradas de Portugal.

Quanto às questões colocadas pela Dra. Ana Rodrigues, esclareceu que está previsto um plano de requalificação de toda a área abrangente ao Centro Cultural, onde se incluem o Jardim Sarah Beirão e a Capela do Sr. dos Milagres. Referiu. Também, que continuarão a existir dois sentidos, numa faixa de rodagem, e surgirá, também, um estacionamento. Quanto à questão dos acessos ao edifício da Câmara Municipal, referiu que irá ser colocada uma rampa de acesso nas escadas exteriores. No que concerne às obras na Ponte sobre o rio Mondego, a Câmara já alertou a empresa que está a realizar a obras, e as autoridades, para a situação.

A terminar, e no que concerne à intervenção do Sr. Abílio Rodrigues, salientou que na altura da entrega das medalhas aos ex-combatentes, as mesmas foram feitas mediante uma relação de nomes entregue pela Associação. A Câmara, na altura, mandou fazer mais algumas e pretende, assim que for possível fazer, e entregar, as restantes. Quanto à relação dos tabuenses que perderam a vida em combate, aconselhou a solicitar a mesma ao Estado das Forças Armadas, pois a autarquia não tem essas informações.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dito que iria colocar a votação as moções apresentadas pelo Grupo Municipal do P.S. e pela Coligação CDU.

Solicitada a palavra pelo Sr. Rui Brito Pereira, membro do Grupo Municipal do P.S., a qual foi dada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e no uso dela, referiu que, como as duas propostas dizem basicamente a mesma coisa, o Grupo Municipal do P.S. vai votar a favor da moção da Coligação CDU.

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Moção do Grupo Municipal do P.S. (Documento nº 1), referente à sua posição contra a Extinção ou Fusão das Freguesias do Concelho de Tábua e, da contagem dos votos dos trinta e um membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E CINCO



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTOS CONTRA: ZERO

ABSTENÇÕES: SEIS

APROVADA POR MAIORIA, a Moção do Grupo Municipal do P.S. contra a Extinção ou Fusão das Freguesias do Concelho de Tábua.

Em seguida Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Moção da Coligação CDU (Documento nº 2), referente à Reforma da Administração Local e, da contagem dos votos dos trinta e um membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E CINCO

VOTOS CONTRA: ZERO

ABSTENÇÕES: SEIS

APROVADA POR MAIORIA, a moção referente à Reforma da Administração Local.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - ELEIÇÃO DO 1º E 2º SECRETÁRIOS DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi proposto que, face ao pedido de suspensão de mandato da 2ª Secretária da Mesa da Assembleia, a Eng.ª Ana Alves, o ponto em discussão “Eleição do 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal”, passa-se a ser “Eleição do 1º e 2º Secretários da Mesa da Assembleia Municipal”, ao que a unanimidade dos membros da Assembleia acedeu.

Em seguida foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Rui Brito Pereira, membro do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, apresentou uma proposta **escrita, do Grupo Municipal do Partido Socialista, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 3)**, indicando para 1º Secretário da Assembleia Municipal, o membro, Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral, e para 2º Secretário da Assembleia Municipal, o membro, Sr. Armando José de Carvalho Afonso.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, referiu que o Grupo Municipal PPD-PSD/CDS-PP, não apresentará qualquer proposta para o preenchimento de ambos os cargos.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, referiu que a Coligação CDU não apresenta, também, qualquer proposta para preenchimento dos cargos.

Uma vez que não foi apresentada mais nenhuma proposta, pelo Sr. Presidente em da Assembleia, foi designada pela **Letra "A"**, a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista.

A Mesa procedeu à distribuição de boletins em branco para cada um dos Membros votar.

Feita a chamada de cada um dos Membros, e depositados todos os votos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi solicitado a dois Membros desta Assembleia, a Dra. Inês Ramos e a Dra. Ana Abreu Rodrigues, para procederem ao escrutínio, ao que ambos acederam.

Da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

LISTA A: VINTE E CINCO;

VOTOS BRANCOS: SEIS;

ELEITO POR MAIORIA, para 1º Secretário da Assembleia Municipal, o membro, Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral, e para 2º Secretário da Assembleia Municipal, o membro, Sr. Armando José de Carvalho Afonso.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia.

De imediato procedeu-se à tomada de posse dos membros eleitos.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2 - APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, e no uso dela, fez um breve resumo dos eventos apresentados na informação escrita, com destaque para a Regeneração Urbana da Vila de Tábua, salientando que a mesma irá ser efectuada, apenas, se a autarquia receber Fundos Comunitários.

Não tendo sido solicitadas intervenções por parte dos membros da Assembleia e nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.



3 - APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, **leu a intervenção que se transcreve na íntegra:** “A 23 de Dezembro de 2011: 1. Posição Actual do Orçamento da receita do ano 2011, Receita do exercício cobrada: 10.642.872,35€, Receita dotada/Total Geral: 22.544.924,28€, Grau de execução da Receita: 47.107%. Significa que a receita cobrada não chegou a metade do orçamento da receita aprovado nesta Assembleia. O desvio prova que o orçamento de 2011 foi um desastre. Está identificado, mais uma vez, o problema estrutural deste município. A incapacidade de gerar receitas próprias e que do ponto de vista do desenvolvimento do tecido económico encontra muitas respostas. O orçamento da receita depende, fundamentalmente, do fundo de equilíbrio financeiro (FEF). Não vejo um compromisso geracional consubstanciado num plano, apenas pedidos de empréstimo a médio e longo-prazo para resolver problemas actuais de tesouraria, transferindo responsabilidade para o futuro, como vamos ver no orçamento da receita para 2012. A aprovação de sucessivos orçamentos cujas receitas ficaram muito aquém das expectativas iniciais, originou a acumulação de deficits expressivos. O empolamento das receitas criando a ilusão de suficiência e estimulando a assunção de compromissos, aumentando a responsabilidade do município, sem a correspondente entrada de recursos financeiros foi prática adoptada. Em conclusão, a receita é consumida pela despesa estrutural não gerando poupanças necessárias ao financiamento dos investimentos no concelho. A 23 de Dezembro de 2011: 2. Posição Actual do Orçamento da Despesa do ano 2011, Valor facturado (Total Geral): 15.318.727,87€, Valor pago (Total Geral): 10.343.617,89€, Dívida: 4.975.109,98€. Neste momento a dívida já ultrapassa o valor do empréstimo financeiro para saneamento, proposto pelo executivo, e autorizado pela Assembleia Municipal. Não conheço fundamento para esta situação.”

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, salientou que o que foi transmitido pelo Dr. João Canotilho, é um problema que, neste momento, assiste a todos os municípios portugueses. Solicitou, ainda, a intervenção do Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido,



pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, esclareceu que, em relação à questão da dívida dos 4 milhões de euros, havia um saldo de 299.254,46€ no momento em que foi elaborada. Salientou, também, que a autarquia ainda está para receber os fundos FEDER e que, à data de hoje, a dívida não ultrapassa os 4.700.00,00€.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

4 – APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS / ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES / GRANDES OPÇÕES DO PLANO / ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2012 / MAPA DE PESSOAL;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Foi solicitado a palavra pelo Sr. Presidente da Câmara, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e no uso dela, esclareceu que, como está previsto, a Câmara Municipal traz a esta Assembleia o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2012, que foi aprovado em Reunião de Câmara condicionalmente, até estar concluída a elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, o que significa que ainda irá sofrer alterações. Salientou que a conclusão do Plano de Saneamento Financeiro está prevista para meados de Janeiro, altura em que será rectificado o Plano de Actividades e Orçamento para o Ano de 2012.

Em seguida foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra à Dra. Inês Ramos, membro do Grupo Municipal do P.S., e no uso dela, apresentou uma **proposta escrita, do Grupo Municipal do Partido Socialista, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 4)**, solicitando à Assembleia Municipal “que seja adiada a análise do ponto 4, do Período da Ordem do Dia, da presente Assembleia Municipal de 30.12.2011, para Janeiro, após aprovação pela Câmara Municipal do Plano de Saneamento Financeiro.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que, mesmo que a aprovação deste ponto seja adiada para o mês de Janeiro, **vai ler a sua intervenção, acerca do mesmo, que se transcreve na íntegra:** “*Relativamente a: 4.1 Plano plurianual de investimentos do ano de 2012: solicito informação e esclarecimentos sobre: a) Construção do Jardim de Infância de Candosa, em que fase de execução se encontra? É que o seu início data de Janeiro de 2005! b) Centro Educativo*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Tábua: Equipamento e Mobiliário (177.626 euros), Não devia já estar equipado! c) Centro de Interpretação (36.500 euros), Não pode aguardar? d) Pavilhão Multiusos: construção-empreitada (130.000 euros), Arranjos Exteriores (20.000 euros), Não será um investimento dispensável? e) Construção da ETAR de Ázere, de Candosa e de Vila do Mato, Porquê Dezembro de 2013 para o fim da obra? f) ETAR de Midões e casal da Senhora, Rede de Saneamento e ETAR de Meda de Mouros, Porquê Dezembro de 2014? g) Equipamentos para serviços: software (49.235 euros), Não entendo este valor tão elevado! h) Armazéns e Oficinas (190.000 euros), a que se deve? i) Aquisição de Terrenos (72.000 euros), A que se destinam?; 4.2 Actividades mais relevantes do ano 2012: solicito informações e esclarecimentos sobre: a) Publicidade (Outdoors/Flyers), 22.449 euros, b) Estádio Municipal de Tábua (manutenção), 20.000 euros, c) 1ª Revisão do Plano Director Municipal, 28.751 euros. d) Elaboração Planos de Urbanização, 20.000 euros, e) Elaboração do Plano de Pormenor, 15.544 euros, f) Apoio aos Bombeiros do Concelho, 20.000 euros, g) Equipas de intervenção permanente, 59.067 euros, h) Protecção civil e luta contra incêndios, apoio aos Bombeiros do Concelho, 104.000 euros, i) Consumíveis Informáticos, 11.080 euros, j) Outsourcing de impressão, 35.055 euros, k) Estudos, Pareceres e Projectos, 137.500 euros. Não vou citar mais para não adensar o ponto em apreço. Entendo que seria o momento de reavaliar estes montantes pois alguns estão subestimados e outros inflacionados.; 4.3 Grandes Opções do Plano / Orçamento da receita e da despesa para o ano de 2012: a análise detalhada, das grandes opções do plano, mostra que as infra-estruturas de saneamento, abastecimento de águas e salubridade continuam, ano após ano, a preencher uma grande mancha nas diferentes páginas, provando que este concelho não consegue em definitivo ultrapassar este problema. Da análise do orçamento da receita para o ano de 2012 fiquei surpreendido com a inclusão dos empréstimos financeiros recentemente solicitados. Não existe data de contrato, nem tão pouco data do Visto de Tribunal de Contas (vide Mapa demonstrativo do endividamento) pelo que presumo tratar-se de um orçamento virtual. Não seria mais avisado incluir o empréstimo na proposta de orçamento virtual. Não seria mais avisado incluir o empréstimo na proposta de orçamento, após aprovação pelo TC, efectuando-se assim a 1.ª correcção. Bem sei que sem esta receita não seria possível, com rigor, apresentar uma proposta de orçamento e sem orçamento a vida do município seria alimentada por duodécimos. Tive oportunidade durante muitas intervenções de referir que era insustentável o caminho que se estava a percorrer. Da observação do mapa demonstrativo do endividamento (Ano Financeiro de 2012) verifico que a entidade bancária BPI, como entidade credora, ocupou o lugar da CCAMBC. O BPI não fez proposta! No mesmo quadro, a coluna encargos do ano, juros, mostra: CGD-128.646,00 euros (está certo), BTA-67.917,24 euros (está certo), BPI que seria CCANBC-85.6174,89 euros (no documento orçamento para o ano 2012-Despesa, pág. 11, o valor é 64.752). Qual dos valores está errado? A diferença é de 20.862,89 euros! A coluna de Amortização, mostra: CGD-37.102,83 euros (está certo), BPI ou melhor CCAMBC-57.894,74 euros (no documento orçamento para o ano 2012-



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Despesa, pág. 12, o valor é 28.948 euros). Qual dos valores está errado? A diferença é de 28.946,74 euros! Em suma, é coisa pequena, a diferença entre os dois documentos – 49.809,63 euros! por fim gostaria de informar esta Assembleia de que tenho muitas dúvidas sobre a receita designada por “Assoc. Municípios Planalto Beirão-Concessão de saneamento” no montante de 1.300.000 euros! A possibilidade desta receita ser arrecadada no ano 2012 é nula. Vejam o anterior orçamento e tirem conclusões. Serve o exposto para suportar a decisão de votar contra este orçamento. A declaração para a acta é o texto integral do ponto designado por 4.3 da intervenção por escrito, por mim depositada na Mesa da Assembleia Municipal. 4.4 Mapa de Pessoal: Porventura em breve surgirá um novo mapa ao abrigo do plano de saneamento financeiro. Oxalá não seja verdade.”

Dada a palavra ao Sr. Manuel Gamboa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que tem algumas questões para colocar, acerca do ponto em análise, para ir aguardar pela próxima Assembleia para o fazer.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que é fundamental questionar com sentido de responsabilidade, chamando a atenção para o facto de que, 18 trabalhadores da autarquia vão ficar desempregados, devendo haver sensibilidade para analisar estas situações. Questionou, também, o Sr. Presidente da Câmara acerca da realização da obra na estrada de Ázere para o Covelo.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia, e no uso dela, salientou que o Dr. João Canotilho leu uma exposição extensa, que não pode ser respondida de imediato, pois é um documento que deveria ser entregue previamente, para uma análise. Salientou, também, que com a conclusão do Plano de Saneamento Financeiro, os documentos em análise sofrem alterações. Solicitou, ainda, a intervenção do Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que no que respeita ao Centro Educativo, o montante referido é o valor que falta pagar. Quanto ao pavilhão Multiusos, o valor refere-se a algumas obras de arranjo e alterações que têm que ser efectuadas e a pagamentos em falta. Quanto ao software informático, salientou que com investimento adquirido, a autarquia vai poupar cerca de 10.000,00 €/ano.

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posta à votação, pela forma usual de votar, a Proposta do Grupo Municipal do P.S. (Documento nº 4), solicitando à Assembleia Municipal “que seja adiada a análise do ponto 4, do Período da Ordem do Dia, da presente Assembleia Municipal de 30.12.2011, para Janeiro, após



aprovação pela Câmara Municipal do Plano de Saneamento Financeiro” e, da contagem dos votos dos trinta e um membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADA POR UNANIMIDADE, a Proposta do Grupo Municipal do P.S., adiando a análise do ponto 4, do Período da Ordem do Dia, da presente Assembleia Municipal de 30.12.2011, para Janeiro, após aprovação pela Câmara Municipal do Plano de Saneamento Financeiro.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Canotilho, Director do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que “(...) votámos a favor porque temos a certeza que o Plano de Saneamento Financeiro irá gerar novos documentos”.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

5 – CORRECÇÕES MATERIAIS E RECTIFICAÇÃO DO PLANO PORMENOR DA ÁREA INDUSTRIAL E EMPRESARIAL SINDE/TÁBUA;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, esclareceu que o ponto em análise refere-se a pequenas rectificações relativas à Operação Urbanística nesta área, com vista à criação do Lote 3, tendo no Plano de Pormenor cerca de 80 mil metros, tendo sido cedida metade desta área, sendo necessário transmitir à empresa esta informação.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação das Correções Materiais e Rectificação do Plano Pormenor da Área Industrial e empresarial Sinde/Tábua, mediante a presença de uma informação, datada de 22 de Setembro de 2011, da Dra. Alexandra Bento, Jurista do Gabinete de Desenvolvimento Económico, acompanhada da Minuta nº 264 da Acta da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal, de 23 de Setembro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, relativos às correções materiais e rectificação do Plano de Pormenor da área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua.



Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um
Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE dos membros, concordar com as Correções Materiais e Rectificação do Plano Pormenor da Área Industrial e empresarial Sinde/Tábua Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

6 – ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE TÁBUA (ARTIGO 20.º) – PARECER FINAL DA CCDR, NOS TERMOS DO ARTIGO 78.º RJIGT;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Directores dos Grupos Municipais para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Membros da Assembleia se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, **informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.**

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, salientou que este ponto serve para dar conhecimento que a CCDR validou o documento que já havia sido aprovado em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, o que já permite a construção em algumas áreas onde não o podia ser feito anteriormente.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

7 – OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO/PEDIDO DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DE COMÉRCIO/SERVIÇOS INTEGRADO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – SEGUROS BEIRA SERRA, LDA.;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, salientou que este projecto foi apresentado pela empresa Seguros da Beira Serra, que pretende remodelar e ampliar o edifício onde se encontra instalada. Como tal, solicita que a autarquia lhe conceda, através de compra, uma parte da parcela. Vai ser feita a avaliação pela Comissão Municipal de Avaliação de Prédios Urbanos, em conjunto com o perito oficial das Finanças e, numa próxima assembleia, virá o valor para aprovação.

Em seguida foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, questionou acerca da necessidade da obra e se a mesma vai causar impacto negativo, quer ao nível da arquitectura paisagística do local, quer ao nível dos acessos da população.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, salientou que a obra é pequena e não prejudica o espaço público, pois o local é bastante largo

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação das Operações Urbanísticas de Edificação/Pedido de Alteração e Ampliação de Edifício de Comércio/Serviços Integrado no Domínio Público Municipal – Seguros Beira Serra, Lda., mediante a presença do requerimento nº 1009/2011, apenso ao licenciamento nº 93/2010-SAD/40/014, acompanhado da Deliberação nº 446 da Acta da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal, de 23 de Setembro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, relativo à alteração da implantação de um edifício destinado a habitação colectiva e comércio, sito na Rua Dr. Francisco Beirão, freguesia e concelho de Tábua, em que é requerente Seguros Beira Serra, Lda.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e um Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E UM;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE dos membros, desafectar o bem imóvel, em apreciação, do domínio público para o domínio privado da Câmara Municipal, bem como concordar com a alienação do mesmo para o particular, através de uma das seguintes



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

formas: Hasta Pública, Negociação ou Ajuste Directo, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 280/2007, de 07 de Agosto.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Uma vez encerrado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não houve qualquer intervenção.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que foi redigida pela Técnica Superior Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão, e que eu, Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia)

O Primeiro Secretário:

(Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral)

O Núcleo de Apoio:

(Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão)